



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

**REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO
SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES**

Preâmbulo

O Regulamento de Mercados e Feiras, actualmente em vigor no concelho do Castelo de Paiva, tem por base o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 252/86 de 25 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 251/93 de 14 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 259/95 de 30 de Setembro. O Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de Março, veio revogar aquela legislação e estabelecer o novo regime jurídico para a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam, introduzindo profundas e importantes alterações ao quadro legal anteriormente vigente, nomeadamente, e além do mais, simplificando o acesso a actividade de feirante, criando-se um cartão de feirante válido para todo o território de Portugal continental, permitindo a realização de feiras por entidades privadas quando devidamente autorizadas pelas câmaras municipais, e obrigando a que o direito de ocupação dos espaços de venda sejam atribuídos mediante sorteio, por acto público.

Este novo regime jurídico tornou desactualizado o anterior regulamento, exigindo por isso nova regulamentação municipal para o funcionamento das feiras, imposta também pelos artigos 21.º e 29.º daquele último diploma legal, o que se visa com o presente Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes.

Foram ouvidas a Federação Nacional das Associações de Feirantes, a Associação de Feirantes das Beiras, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e a Associação de Consumidores de Portugal.

Foi submetido a inquérito público nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42/91, de 15 de Novembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Assim, a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob proposta da Câmara Municipal, aprova o seguinte:

CAPITULO I
Disposições Gerais

Artigo 1º
Lei habilitante

O presente regulamento tem fundamento no disposto no artigo 241º, da Constituição da Republica Portuguesa, em conjugação com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e no estabelecido no Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de Março e na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

Artigo 2º.
Âmbito de aplicação

1 - A actividade de comércio a retalho exercida de forma não sedentária em mercados descobertos ou em instalações não fixas ao solo de maneira estável em recintos públicos ou privados, habitualmente designados feiras e mercados, e cujo agente é designado por



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

feirante, na área do Município de Castelo de Paiva, rege-se pelas disposições previstas no presente regulamento e demais disposições legais aplicáveis.

2 - É aplicável o prescrito no presente Regulamento às actividades similares das definidas no n.º 1, quando se realizem por ocasião ou conjuntamente com festividades, romarias e outras manifestações em áreas e datas previamente definidas e autorizadas pela Câmara Municipal.

3 - É igualmente aplicável às feiras e mercados que se realizam no concelho, com as características definidas no n.º 1, que por delegação ou concessão da Câmara Municipal venham a ser explorados pelas Juntas de Freguesia ou por particulares.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

a) «Feira» - o evento autorizado pela respectiva autarquia, que congrega periodicamente no mesmo espaço vários agentes de comércio a retalho que exercem a actividade de feirante;

b) «Feirante» - a pessoa singular ou colectiva, portadora do cartão de feirante, que exerce de forma habitual a actividade de comércio a retalho não sedentária em espaços, datas e frequência determinados pela Câmara Municipal;

c) «Recinto» - o espaço publico ou privado, ao ar livre ou no interior, destinado à realização de feiras, que preenche os requisitos estipulados na legislação em vigor;

d) «Lugar» - o espaço de terreno na área da feira cuja ocupação é autorizada ao feirante para instalar o seu local de venda.

Artigo 4.º

Local, dia e período de funcionamento

1 - A feira quinzenal realiza-se no Parque de Feiras, à Rua 25 de Abril, Vila de Castelo de Paiva, nos dias 6 e 21 de cada mês.

2 - Quando o dia designado para a realização daquela feira quinzenal coincidir com o domingo, a feira realizar-se-á no dia imediatamente anterior.

3 - A feira quinzenal terá os seguintes períodos de funcionamento ao público, nos quais não é considerado o tempo de exposição prévia dos produtos nem o de arrumação final dos mesmos:

a) Nos meses de Abril a Setembro: das 8,00 horas às 19,00 horas;

b) Nos restantes meses: das 8,00 horas às 18,00 horas.

4 - A Câmara Municipal pode fixar temporariamente outros períodos de funcionamento e alterar casuisticamente o dia da realização, por motivos imponderáveis devidamente fundamentados.

5 - O local, o dia e o período de funcionamento de novas feiras a criar serão fixados pela Câmara Municipal quando autorizar a sua realização nos termos da lei, mas terão uma periodicidade igual ou superior à mensal e o dia da sua realização não poderá coincidir com os previstos nos nºs 1 e 2 deste artigo.

6 - Exceptuam-se do número anterior, apenas no que diz respeito à periodicidade, as feiras para venda de artigos de artesanato, frutas e produtos hortícolas, de fabrico ou produção próprias e com origem no Concelho, para as quais a periodicidade poderá ser igual ou superior à semanal.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Exercício da Actividade de Feirante

Artigo 5.º

Exercício da actividade

O exercício da actividade de feirante só é permitido aos titulares de direito de ocupação comprovado, portadores do cartão de feirante actualizado previsto no artigo 8.º ou de documento equivalente previsto no artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de Março, nos lugares que lhe sejam atribuídos nos termos deste regulamento e nas datas e horários em que as feiras se realizem.

Artigo 6.º

Cartão de feirante

O cartão de feirante, bem como a sua renovação, são requeridos à Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE) nos termos e condições estabelecidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, e na Portaria n.º 378/2008, de 26 de Maio.

Artigo 7.º

Identificação do feirante

1 - Nos locais de venda, tabuleiros, bancadas, veículos, reboques ou quaisquer outros meios utilizados na venda dos produtos, devem os feirantes afixar, de forma bem visível e facilmente legível pelo público, letreiro do qual conste o seu nome e o número do cartão de feirante, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 42/2008, no modelo aprovado pela Portaria n.º 378/2008, de 26 de Maio.

2 - Os feirantes devem identificar-se na sua entrada no recinto da feira, com a exibição do Título de Ocupação de Lugar de Venda previsto no n.º 6 do artigo 10.º e do Cartão de Feirante.

Artigo 8.º

Cadastro Comercial

É competência da DGAE organizar e manter actualizado o cadastro comercial dos feirantes, conforme artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 42/2008.

CAPITULO III

Atribuição do Direito de Ocupação de Lugares de Venda

Artigo 9.º

Atribuição de lugares

1 - O direito de ocupação dos lugares de venda é atribuído mediante sorteio, por acto público e por sector de actividade, após manifestação de interesse apresentada pelos feirantes em concurso de candidatura aberto pela Câmara Municipal, em impresso de modelo próprio a fornecer por esta.

2 - É permitida a cada feirante, em nome individual ou colectivo, a ocupação de apenas um lugar de venda.

3 - Podem candidatar-se à atribuição do direito de ocupação os titulares de cartão de feirante válido, e que não sejam possuidores de lugar de venda à data do início da ocupação referida no concurso de candidatura.

4 - Não podem candidatar-se os feirantes que tenham abandonado ou desistido da ocupação de lugar de venda na feira há menos de um ano, os que se encontrem a cumprir



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

as sanções acessórias de privação do direito de concorrer e de suspensão, e os que se encontrem em dívida para com o Município de Castelo de Paiva.

5 - As candidaturas são apresentadas para a generalidade dos lugares em concurso do respectivo sector de actividade, sem individualização nem indicação preferencial de lugares.

6 - O concurso de candidaturas para o sorteio é aberto por aviso, publicado em pelo menos um jornal de âmbito nacional e na página da Internet do Município, e afixado nos lugares habituais, com antecedência mínima de vinte dias seguidos sobre a data limite de apresentação de candidaturas.

7 - Do programa do concurso constará a identificação da Câmara Municipal, endereço, números de telefone, correio electrónico, fax e horário de funcionamento; o prazo (data e hora) e o local para a entrega das candidaturas; a data, hora e local da realização do sorteio; identificação dos locais de venda por sector de actividade; as eventuais garantias a apresentar; a documentação exigível ao arrematante; as normas essenciais do concurso e do sorteio, e outras informações consideradas úteis.

8 - Quando, por sector de actividade, o número de candidaturas recebidas for inferior ao número de lugares em concurso, serão sorteados tantos lugares quantas as candidaturas, excluindo-se do sorteio os lugares a mais por ordem decrescente do respectivo número de identificação.

9 - Quando, em geral ou por sector de actividade, se apresente ao concurso apenas uma candidatura, ser-lhe-á atribuído directamente, sem necessidade de sorteio, o lugar com o número de identificação mais baixo no sector de actividade respectivo.

10 - O acto do sorteio, bem como o esclarecimento de dúvidas e a resolução de eventuais reclamações surgidas, será da responsabilidade de um júri nomeado pela Câmara Municipal, composto por um presidente e dois vogais.

11 - Findo o sorteio, de tudo quanto nele tenha ocorrido será lavrada acta, que será assinada pelos membros do júri, e cujos resultados serão homologados pela Câmara Municipal.

Artigo 10.º

Direito de ocupação de lugares

1 - A ocupação dos lugares de venda tem sempre carácter de precariedade, não havendo lugares atribuídos a título permanente ou exclusivo, sendo o respectivo direito atribuído pelo período de um ano civil, sucessivamente renovado por iguais períodos, salvo por denúncia de qualquer das partes ou por perda desse direito nos termos previstos neste regulamento.

2 - A denúncia do direito por parte do ocupante deve ser expressa por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias sobre a data em que pretende abandonar a actividade na feira ou sobre o termo do período anual em curso.

3 - A denúncia ou desistência por parte do ocupante não lhe confere o direito de regresso dos valores da taxa já pagos.

4 - A denúncia do direito por parte da Câmara Municipal, sem prejuízo dos casos expressamente previstos neste regulamento, só pode ter lugar por razões de interesse público devidamente fundamentado ou em resultado de alteração legal da regra de atribuição de lugares, sendo comunicada por escrito ao ocupante com a antecedência mínima de sessenta dias.

5 - A denúncia por parte da Câmara Municipal não confere ao ocupante direito a qualquer indemnização, havendo no entanto lugar a devolução proporcional das taxas pagas previamente relativamente ao número de dias de feira que deixa de realizar quando a denúncia ocorra por razões de interesse público previstas no número anterior.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

6 - O direito de ocupação dos lugares de venda é comprovado pelo "Título de Ocupação de Lugar de Venda", emitido pelo Município, cujo modelo é o indicado no Anexo ao presente Regulamento.

7 - O Título de Ocupação serve de livre-trânsito para a entrada no recinto da feira nos dias em que esta se realiza.

8 - O direito de ocupação de lugar é intransmissível e válido só para o lugar a que disser respeito, salvaguardadas as situações previstas no artigo 11.º.

9 - É obrigatória a apresentação do Título de Ocupação e o recibo do pagamento da taxa de ocupação sempre que solicitados pela fiscalização municipal, por outros funcionários municipais para o efeito credenciados ou ainda por quaisquer outros agentes das autoridades policiais ou fiscalizadoras.

10 - A instalação de qualquer feirante em lugar diferente do que lhe foi atribuído e indicado no respectivo Título de Ocupação, para além de sujeita a contra-ordenação, pode implicar a cessação do direito de ocupação e a cassação do respectivo título, sem direito a reversão das taxas já pagas, consoante a gravidade e a culpa.

11 - A mudança de ramo de comércio que não se enquadre no sector de actividade do lugar ocupado implica a imediata caducidade do direito de ocupação concedido.

Artigo 11.º

Transmissão do direito de ocupação do lugar

1 - É autorizada a transmissão do direito de ocupação do lugar, nas seguintes situações:

- a) Entre pais e filhos e entre avós e netos, mediante apresentação e entrega dos documentos que legalmente comprovam as referidas situações.
- b) Entre cônjuges e entre pessoas vivendo em situação de união de facto, sendo necessário os interessados fazer prova de serem casados, mediante apresentação e entrega da certidão de casamento, ou, se viverem em situação de união de facto, mediante apresentação e entrega de declaração emitida pela Junta de Freguesia atestando que o interessado reside com o beneficiário titular há mais de dois anos.
- c) De sociedades para os respectivos sócios, mediante apresentação e entrega de acordo escrito entre os sócios no qual manifestam a vontade inequívoca dessa transferência.
- d) De um indivíduo detentor de lugar para uma sociedade unipessoal, e de uma sociedade unipessoal para o seu sócio a título individual, mediante apresentação e entrega de documento escrito que represente a vontade inequívoca dessa transferência.

2 - No caso de morte do titular, poderá ser autorizada a transferência do direito de ocupação para o cônjuge ou pessoa com quem vivia em situação de união de facto há mais de dois anos e, na falta ou desinteresse destes, para um dos descendentes da linha do 1.º grau entre os que constem da habilitação de herdeiros e por todos eles designado por escrito.

3 - A transmissão prevista nos números anteriores não é permitida quando viole o disposto no n.º 2 do artigo 9.º deste regulamento.

Artigo 12.º

Direito de ocupação de lugares reservados ou sazonais

1 - Nos lugares que a Câmara Municipal venha a reservar para os vendedores de produtos agro-pecuários e de artesanato, produzidos ou fabricados pelos próprios na área do Município, o direito de ocupação é concedido, independentemente de sorteio, por autorização da Câmara Municipal, de acordo com os lugares disponíveis, sendo tal ocupação isenta de taxas.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

2 – Nos lugares deixados vagos no sorteio poderá a Câmara Municipal autorizar, mediante o pagamento da taxa de ocupação prevista neste regulamento, o exercício de reconhecida actividade de carácter sazonal, autorização essa que terminará automaticamente com a atribuição do direito de ocupação desses lugares em sorteio realizado posteriormente.

3 – Nos casos referidos no número anterior, o pagamento da taxa é feito mensalmente, no decurso do mês anterior àquele a que disser respeito.

4 – À ocupação dos lugares previstos neste artigo, bem como à actividade que neles se desenvolva, aplicar-se-ão as demais disposições previstas neste regulamento e na lei.

Artigo 13.º

Registo

1 - A Câmara Municipal deverá elaborar um registo dos lugares de venda atribuídos nos termos dos artigos 9.º e 12.º do presente regulamento.

2 - A Câmara Municipal remeterá a DGAE, por via electrónica, anualmente e até sessenta dias após o fim de cada ano civil, a relação dos feirantes a operar no respectivo recinto, com a indicação do respectivo número do cartão de feirante.

CAPITULO IV

Organização e Funcionamento da Feira

Artigo 14.º

Locais de venda da feira

1 - A Câmara Municipal aprovará, para a área da feira, uma planta de localização dos diversos sectores de actividade, dentro dos quais serão assinalados locais de venda.

2 - Esta planta deverá estar exposta no recinto em que funciona a feira, de forma a permitir fácil consulta quer para os utentes quer para as entidades fiscalizadoras.

3 - Deverão igualmente estar ali afixados um exemplar do presente regulamento e o horário de funcionamento da feira.

4 – Em cada sector de actividade apenas podem ser vendidos os produtos que se enquadrem no respectivo âmbito e finalidade.

Artigo 15.º

Suspensão temporária da realização da feira

1 - Poderá a Câmara Municipal, atendendo a razões de interesse público, nomeadamente a realização de eventos culturais, recreativos, comemorativos ou outros, ordenar a suspensão temporária da feira, fixando o prazo em que se deve manter, bem como, pelas mesmas razões, alterar a data da sua realização.

2 - A suspensão temporária da realização da feira não afecta a titularidade da autorização para o exercício da actividade de feirante e do direito de ocupação dos lugares de venda.

3 - A suspensão temporária da realização da feira não confere aos feirantes o direito a qualquer indemnização por prejuízos decorrentes do não exercício da sua actividade na feira, havendo, no entanto, lugar a devolução proporcional das taxas pagas previamente relativamente ao número de dias de feira suspensos.

4 - A suspensão temporária da feira ou a alteração da data da sua realização serão devidamente publicitadas, com quinze dias úteis de antecedência, salvo em situações imprevisíveis devidamente fundamentadas que não permitam o cumprimento deste prazo, por meio de edital e comunicadas por escrito aos feirantes que nela operem.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 16.º

Instalação nos lugares de venda

- 1 - A instalação dos feirantes só pode fazer-se a partir das 6,00 horas e deve estar concluída até 15 minutos antes da hora de abertura ao público prevista no artigo 4.º.
- 2 - Na sua instalação, cada feirante só pode ocupar o espaço correspondente ao lugar de venda cujo direito de ocupação lhe tenha sido atribuído, sem ultrapassar os seus limites e sem ocupar as ruas e os espaços destinados à circulação de pessoas.
- 3 - É obrigatória a utilização dos meios existentes no local para a fixação de barracas e toldos, sendo proibido perfurar a pavimento com quaisquer objectos de perfuração, ligar cordas a árvores e vedações, danificar o equipamento, as infraestruturas e as árvores existentes, sendo da responsabilidade do infractor os encargos com a reposição, substituição e reparação dos prejuízos provocados.

Artigo 17.º

Circulação de viaturas no recinto da feira

- 1 - Nos dias da feira, a partir das 6,00 horas, só é permitida a entrada, circulação e estacionamento no recinto da feira de viaturas de feirantes identificados nos termos previstos neste regulamento.
- 2 - O estacionamento das viaturas referidas no número anterior apenas pode fazer nos lugares de venda respectivos e dentro do espaço para estes fixados.
- 3 - Durante o horário de funcionamento ao público é expressamente proibida a circulação de quaisquer viaturas dentro do recinto da feira, salvo de veículos em serviço de emergência, socorro ou combate a sinistro.

Artigo 18.º

Publicidade sonora

- 1 - Não é permitido o uso de aparelhagens sonoras no recinto da feira para a apregoar, publicitar ou de qualquer modo evidenciar actividades, produtos, preços, marcas ou firmas.
- 2 - O uso de aparelhos de som e de imagem para outros fins fica condicionado à obtenção de licença municipal e ao pagamento das taxas previstas na Tabela em vigor, só podendo, em todo o caso, proceder-se no estrito cumprimento da "Lei do Ruído".

Artigo 19.º

Levantamento da feira

- 1 - O levantamento da feira deve iniciar-se de imediato após o encerramento ao público e deve estar concluído no tempo máximo de duas horas após.
- 2 - No decurso do tempo de levantamento da feira, e antes de abandonar o recinto, devem os feirantes promover a limpeza dos espaços correspondentes aos lugares de venda que lhes estejam atribuídos.

Artigo 20.º

Comercialização de géneros alimentícios

- 1 - Os feirantes que comercializem produtos alimentares estão obrigados, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho, ao cumprimento das disposições dos Regulamentos (CE) n.ºs 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios, sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos por legislação específica aplicável a determinadas categorias de produtos.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - Às instalações móveis ou amovíveis de restauração e bebidas localizadas nas feiras reguladas pelo presente regulamento aplica-se o procedimento previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho.

Artigo 21.º

Venda proibida

Apenas é permitida a venda de produtos que se enquadrem nos sectores de actividade definidos para a feira, sendo sempre proibida a venda dos seguintes produtos e todos aqueles que a legislação específica assim determine:

- a) Produtos fitofarmacêuticos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Junho;
- b) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
- c) Aditivos para alimentos para animais, pré-misturas preparadas com aditivos para alimentos para animais e alimentos compostos para animais que contenham aditivos a que se refere o n.º 1 do artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 1831/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Janeiro;
- d) Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;
- e) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com excepção do álcool desnaturalado;
- f) Moedas e notas de banco, excepto quando o ramo de actividade do lugar de venda corresponda a venda desse produto estritamente direccionado ao coleccionismo.

CAPÍTULO V

Direitos e deveres

Artigo 22.º

Deveres gerais dos feirantes

No exercício da actividade de comércio a retalho exercido de forma não sedentária devem os feirantes:

- a) Fazer-se acompanhar do cartão de feirante e do Título de Ocupação do Lugar de Venda devidamente actualizados, e apresentá-los sempre que solicitados por autoridade competente;
- b) Fazer-se acompanhar dos documentos comprovativos da aquisição de produtos para venda ao público e exibí-los sempre que solicitados por autoridade competente;
- c) Proceder ao pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas em vigor no Município, dentro dos prazos fixados para o efeito;
- d) Afixar, de modo legível e bem visível ao público, em letreiros, etiquetas ou listas, os preços dos produtos expostos, nos termos do Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de Abril, na sua redacção actual, conforme estabelecido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de Março;
- e) Ocupar apenas o espaço correspondente ao lugar de venda que lhe foi destinado, não ultrapassando os seus limites;
- f) Manter limpo e arrumado o espaço da sua instalação de venda;
- g) Para fixação de toldos ou barracas utilizar os meios e equipamentos disponibilizados no recinto, sendo proibida a utilização de quaisquer outros meios de fixação, incluindo estacas de qualquer espécie ou ligação a árvores e vedações;
- h) No fim da feira, deixar os respectivos lugares de venda completamente limpos, depositando o lixo nos recipientes destinados a esse efeito;



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

- i) Não utilizar qualquer forma de publicidade enganosa relativamente a produtos expostos, nos termos da lei;
- j) Não utilizar políticas comerciais desleais;
- k) Identificar e separar dos restantes os bens com defeito, de modo a serem facilmente identificados pelos consumidores;
- l) Cumprir as normas de higiene e sanidade quanto ao acondicionamento, transporte, armazenagem, exposição, embalagem e venda de produtos alimentares;
- m) Tratar de forma educada e respeitosa todos aqueles com quem se relacione na feira;
- n) Cumprir, e fazer cumprir pelos seus colaboradores, as disposições do presente regulamento e da legislação aplicável;
- o) Colaborar com os funcionários da Câmara Municipal e demais pessoal ao serviço do Município, com vista à manutenção do bom ambiente na feira, em especial dando cumprimento às suas orientações.

Artigo 23.º

Dever de assiduidade

- 1 - Para além do cumprimento dos deveres gerais referidos no artigo anterior e demais orientações que casuisticamente venham a ser determinadas, cabe aos feirantes respeitar o dever de assiduidade, comparecendo à feira na qual lhe tenha sido atribuído o direito de ocupação de lugar de venda.
- 2 - A não comparência injustificada a mais de três feiras consecutivas ou a mais de cinco interpoladas, no período do mesmo ano civil, é considerado abandono de lugar e determina a extinção dessa licença, não havendo lugar à devolução das quantias pagas previamente.
- 3 - Consideram-se justificadas as seguintes faltas, após despacho favorável do Presidente da Câmara:
 - a) Por doença do feirante, devidamente comprovada através de atestado médico e entregue no prazo máximo de cinco dias úteis nos serviços municipais;
 - b) Por férias do feirante, no máximo de duas feiras, devendo para o efeito o interessado apresentar requerimento nesse sentido ao Presidente da Câmara com a antecedência mínima de quinze dias.
- 4 - As faltas justificadas nos termos do número anterior não implicam a isenção do pagamento das taxas referentes à ocupação do lugar nem a devolução das quantias já pagas a esse título.

Artigo 24.º

Proibições expressas para os feirantes

Aos vendedores e seus colaboradores é expressamente vedado:

- a) Perturbar ou estorvar a circulação do público e dos demais vendedores;
- b) Intrometer-se em negócios ou transacções que decorram entre o público e os seus colegas, ou desviar os compradores em negociação com estes;
- c) Matar, esfolar ou depenar animais e aves, respectivamente.
- d) Efectuar vendas ou tentativa de negócio fora dos horários estabelecidos;
- e) Utilizar balanças, pesos ou medidas quando não aferidos ou em condições irregulares;
- f) Recusar a venda de produtos ou artigos expostos, ou a sua venda ou tentativa por preço superior ao que se encontre marcado;
- g) Insultar ou simplesmente molestar, por actos, palavras, ou simplesmente gestos, os fiscais e outros em serviço no recinto e os demais com poderes de fiscalização ou inspecção, e bem assim compradores ou transeuntes;



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

- h) Gratificar, compensar ou simplesmente prometer bens aos agentes encarregados de fiscalização e disciplina do recinto da feira;
- i) Formular de má fé reclamação contra os serviços de administração, contra os agentes, contra os feirantes ou seus colaboradores e contra o público em geral;
- j) Apresentar-se durante o período de funcionamento da feira, em estado de embriaguez ou sob o efeito de drogas;
- k) Impedir ou aconselhar os compradores a não efectuarem repesagem dos produtos ou artigos adquiridos.
- l) Comprar, para venda, géneros, produtos ou quaisquer outras mercadorias dentro do recinto da feira, ou nas vias que lhe dão acesso num raio de mil metros.

Artigo 25.º

Direitos dos feirantes

Constituem direitos dos feirantes:

- a) Expor de forma correcta as suas pretensões ou dificuldades quer aos fiscais ou encarregados em serviço na feira quer ao Município;
- b) Apresentar verbalmente e/ou por escrito, sempre de forma ordeira, reclamações contra ordens da fiscalização e de outros empregados em serviço no recinto da feira, dadas em matéria de serviço;
- c) Apresentar individualmente ou por escrito sugestões ou reclamações tendentes a uma melhoria no funcionamento e organização da feira;
- d) Consultar o Regulamento, planta de distribuição das actividades e demais normas em poder da fiscalização ou do Município;
- e) Expor ao Município quaisquer outras pretensões que visem o interesse geral ou dar por findas situações que considerem incorrectas ou de infracção do Regulamento.

Artigo 26.º

Deveres dos compradores

Constituem deveres dos compradores:

- a) Cumprir escrupulosamente este regulamento e colaborar, com a maior isenção, com os agentes em serviço no recinto das feiras;
- b) Dar conhecimento aos agentes referidos e testemunhar actos ou comportamentos que mereçam sanção legal ou regulamentar.

Artigo 27.º

Direitos dos compradores

Constituem direitos dos compradores:

- a) Aquisição dos artigos ou produtos à venda no recinto da feira pelo preço definido nos letreros, listas ou etiquetas expostas;
- b) Utilizar, para repesagem dos produtos ou artigos comprados, as balanças que existam no recinto para tal finalidade, sempre na presença dos fiscais e dos agentes da entidade administradora;
- c) Pedir a exibição do cartão de feirante com quem pretenda fazer ou tenha feito negócio, para efeitos da sua identificação, nos casos em que presuma haver violação dos seus direitos;
- d) Participar à fiscalização quaisquer ocorrências que mereçam chegar ao seu conhecimento ou do Município.

Artigo 28.º

Obrigações da Câmara Municipal

Compete a Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

- a) Proceder à manutenção do recinto da feira;
- b) Proceder à fiscalização e inspecção sanitária dos espaços de venda;
- c) Tratar da limpeza célere e recolher os resíduos depositados;
- d) Ter ao serviço da feira funcionários que orientem a sua organização e funcionamento e que cumpram e façam cumprir as disposições deste regulamento;
- e) Exercer a fiscalização e aplicar as sanções previstas na lei e neste regulamento.

CAPÍTULO VI

Taxas

Artigo 29.º

Taxas

- 1 - Pela ocupação de lugar de venda é devido o pagamento de uma taxa anual, prevista na Tabela de Taxas do Município.
- 2 - O pagamento referido no número anterior é efectuado no decurso do mês de Dezembro anterior ao ano a que disser respeito, na Tesouraria da Câmara Municipal, e a cobrança e liquidação da taxa regular-se-á pelo regulamento anexo à mesma Tabela.
- 3 - Pela falta de pagamento da taxa referida no número anterior, dentro do prazo fixado, incorre o feirante na perda do direito ao lugar de venda.

CAPÍTULO VII

Fiscalização e Sanções

Artigo 30.º

Entidades Fiscalizadoras

A prevenção e acção correctiva sobre as infracções às normas do presente regulamento incumbe aos serviços de fiscalização da Câmara Municipal e a todos os agentes, qualquer que seja o vínculo, que actuem no recinto por determinação da entidade administrante da feira, e ainda, nos termos definidos por lei, às autoridades policiais, fiscais e sanitárias.

Artigo 31.º

Da fiscalização municipal

- 1 - Compete aos funcionários municipais assegurar o regular funcionamento da feira, superintendendo e fiscalizando todos os serviços e fazendo cumprir as normas aplicáveis.
- 2 - Aos funcionários municipais compete especialmente:
 - a) Proceder a um rigoroso controlo das entradas e da instalação dos feirantes, fazendo cumprir o previsto neste regulamento e as instruções superiores ;
 - b) Receber e dar pronto andamento a todas as reclamações que lhes sejam apresentadas;
 - c) Prestar aos utentes todas as informações que sejam solicitadas no âmbito da feira;
 - d) Levantar autos de todas as infracções e participar as ocorrências de que tenham conhecimento e que devam ser submetidas à apreciação dos seus superiores.
- 3 - O Município pode recorrer a empresas privadas de vigilância e segurança para colaborarem com os serviços de fiscalização e com os funcionários municipais em serviço na feira, no cumprimento do presente regulamento.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 32.º

Sanções

As infracções ao presente Regulamento constituem ilícito de ordenação social e são sancionadas com coimas nos termos do disposto nos artigos seguintes.

Artigo 33.º

Contra-ordenações e Coimas

1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal, bem como das contra-ordenações fixadas no artigo 26.º do Decreto-Lei 42/2008 de 10 de Março, e demais legislação aplicável, constitui ainda contra-ordenação a violação das seguintes normas do regulamento:

- a) A ocupação de lugares sem existir direito de ocupação atribuído constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 500,00€ até ao máximo de 3.000,00€, no caso de pessoa singular, ou de 1.750,00€ até ao máximo de 20.000,00 € no caso de pessoa colectiva;
- b) A ocupação pelo feirante de lugar diferente daquele que lhe foi atribuído, bem como o exercício no lugar atribuído de actividade diversa daquela que lhe está destinada, constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 250,00€ até ao máximo de 3.000,00€, no caso de pessoa singular, ou de 1.250,00€ até ao máximo de 20.000,00€, no caso de pessoa colectiva;
- c) A ocupação pelo feirante de espaço para além dos limites do lugar de venda que lhe está atribuído constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- d) A não apresentação do Título de Ocupação de Lugar de Venda quando solicitado pelas autoridades fiscalizadoras constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 300,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa colectiva;
- e) A falta de cuidado por parte da feirante quanto á limpeza e á arrumação do espaço de instalação da sua venda, quer durante a realização da feira quer aquando do levantamento do mesmo, constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 75,00€ até ao máximo de 150,00€, no caso de pessoa singular, ou de 125,00€ até ao máximo de 250,00€, no caso de pessoa colectiva;
- f) A utilização de outros equipamentos que não os disponíveis no recinto da feira para a fixação de toldos ou barracas, bem como danificar os pavimentos, bens e equipamentos do mesmo recinto, constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 75,00€ até ao máximo de 150,00€, no caso de pessoa singular, ou de 125,00€ até 250,00€, no caso de pessoa colectiva;
- g) O incumprimento pelo feirante das orientações que lhe tenham sido dadas pelos funcionários municipais das feiras ou outros agentes em serviço nas mesmas constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 50,00€ até ao máximo de 150,00€, no caso de pessoa singular, ou de 125,00€ até ao máximo 250,00€, no caso de pessoa colectiva;
- h) Impedir ou dificultar de qualquer forma o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos e peões constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de colectiva;
- i) Insultar ou simplesmente molestar, por actos, palavras ou simples gestos, os fiscais e outros agentes em serviço no recinto da feira constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€ no caso de pessoa colectiva;

- j) Apresentar-se no desempenho da actividade em estado de embriaguês ou sob o efeito de drogas constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- k) Comprar, para venda, géneros, produtos ou quaisquer outras mercadorias dentro do recinto da feira, ou nas vias que lhe dão acesso num raio de mil metros, constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€ no caso de pessoa colectiva;
- l) Utilizar balanças, pesos e medidas não aferidas ou utilizadas em condições irregulares constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- m) Gratificar, compensar ou simplesmente prometer facilidades aos agentes encarregados da fiscalização e da disciplina do recinto da feira constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- n) Formular de má fé reclamação contra os serviços da administração, agentes, feirantes ou seus colaboradores e contra o público em geral constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- o) Impedir ou aconselhar os compradores a não efectuar repesagens dos produtos ou artigos adquiridos constitui contra-ordenação punível com coima graduada de 150,00€ até ao máximo de 500,00€, no caso de pessoa singular, ou de 300,00€ até um máximo de 750,00€, no caso de pessoa colectiva;
- p) Todas as infracções ao disposto no presente regulamento, não sancionáveis nas alíneas anteriores, constituem contra-ordenação punível com coima graduada de 75,00€ até ao máximo de 150,00€, no caso de pessoa singular, ou de 125,00€ até 250,00€, no caso de pessoa colectiva.

2 - A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 34.º

Sanções Acessórias

1 - Em conformidade com o disposto no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro, poderão ser aplicadas às contra-ordenações previstas no artigo anterior as seguintes sanções acessórias, em função da gravidade da infracção e da culpa do agente:

- a) Perda de objectos pertencentes ao agente da contra-ordenação;
- b) Privação do direito de participar em feiras do Município;
- c) Privação do direito de concorrer à ocupação de lugar de venda;
- d) Suspensão do direito de ocupação do lugar de venda;
- e) Cessação do direito de ocupação do lugar de venda.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - As sanções acessórias previstas nas alíneas b) a d) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

3 - A sanção acessória referida na alínea a) do n.º 1 só pode ser decretada quando os objectos serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contra-ordenação e tem os efeitos descritos no artigo seguinte.

4 - A sanção acessória referida na alínea b) do n.º 1 só pode ser quando a contra-ordenação tiver sido praticada durante ou por causa da participação em feira.

5 - A sanção acessória referida na alínea c) do n.º 1 só pode ser decretada quando a contra-ordenação tiver sido praticada durante ou por causa dos actos públicos ou no exercício ou por causa da actividade de feirante.

6 - A sanção acessória referida na alínea d) do n.º 1 só pode ser decretada quando a contra-ordenação tiver sido praticada no exercício ou por causa da actividade de feirante.

7 - A sanção acessória referida na alínea e) do n.º 1 só pode ser decretada quando a contra-ordenação tiver sido praticada no exercício ou por causa da actividade de feirante e já ter ocorrido, repetidamente, a aplicação ao mesmo agente da sanção acessória prevista no número anterior.

Artigo 35.º

Efeitos da perda de objectos pertencentes ao agente

Os objectos declarados perdidos pela aplicação, em decisão condenatória definitiva, da sanção acessória prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior, quer tenha havido ou não apreensão provisória dos mesmos ao abrigo do disposto no artigo seguinte, reverterem para o Município.

Artigo 36.º

Apreensão provisória de objectos

1 - Podem ser provisoriamente apreendidos os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contra-ordenação, bem como quaisquer outros que forem susceptíveis de servir de prova.

2 - Os objectos apreendidos serão restituídos logo que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeitos de prova, a menos que a entidade competente para a aplicação da coima pretenda declará-los perdidos a título de sanção acessória.

3 - Em qualquer caso, os objectos serão restituídos logo que a decisão condenatória se torne definitiva, salvo se tiverem sido declarados perdidos a título de sanção acessória.

Artigo 37.º

Competência

1 - O presidente da Câmara Municipal é competente para, com faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da Câmara Municipal, nos termos da lei, determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas e as sanções acessórias a que haja lugar relativamente às contra-ordenações previstas nos artigos 33.º e 34.º.

2 - À entidade competente para a aplicação da coima e das sanções acessórias nos termos do número anterior incumbe igualmente ordenar a apreensão provisória de objectos, bem como determinar o destino a dar aos objectos declarados perdidos a título de sanção acessória.

Artigo 38.º

Receita das coimas



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

CÂMARA MUNICIPAL

As receitas provenientes da aplicação de coimas previstas no presente Regulamento reverterem para a Câmara Municipal.

CAPITULO VIII

Disposições Transitórias e Finais

Artigo 39.º

Disposição transitória

- 1 – Os actuais direitos de ocupação dos lugares da feira quinzenal, atribuídos por arrematação, mantêm-se até à data do termo das respectivas concessões, em 30 de Abril de 2010, aplicando-se-lhes em tudo o mais o disposto neste regulamento.
- 2 – O direito de ocupação dos lugares de venda atribuídos mediante sorteio, nos termos deste regulamento, vigorará a partir de 1 de Maio de 2010, realizando-se no decurso do primeiro quadrimestre de 2010 o respectivo concurso para a atribuição de todos os lugares da feira quinzenal.
- 3 - As normas do presente regulamento, na parte respectiva, aplicam-se ainda aos direitos de ocupação de lugares reservados na feira, concedidos a vendedores de artesanato produzido ou fabricado pelos próprios na área do Município, e cujas autorizações de ocupação também terminam no dia 30 de Abril de 2010.

Artigo 40.º

Dúvidas e omissões

Para a resolução de dúvidas e omissões que surjam na aplicação ou na interpretação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal.

Artigo 41.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento são aplicáveis o Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, a Portaria n.º 378/2008 de 26 de Maio e diplomas legais complementares, o Código do Procedimento Administrativo, a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro, e os demais princípios gerais de direito.

Artigo 42.º

Anexos

Faz parte integrante deste regulamento o Anexo que contém o modelo do Título de Ocupação de Lugar de Venda.

Artigo 43.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento é revogado o anterior Regulamento de Mercados e Feiras.

Artigo 44.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em Edital.



MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA
CÂMARA MUNICIPAL

APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL EM 5 DE NOVEMBRO DE 2009;
APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 2009;
PUBLICADO POR EDITAL EM 12 DE JANEIRO DE 2010.



Anexo
(n.º 6 do artigo 10.º)

MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	
TÍTULO DE OCUPAÇÃO DE LUGAR DE VENDA	
FEIRA QUINZENAL-PARQUE DE FEIRAS	
Titular:	
VALIDADE - Comprovada pela exibição do recibo de pagamento anual da taxa de ocupação.	LUGAR N.º.

FACE

Bilhete de identidade N.º.	NIF/NIPC N.º.
Residência	
Ramo de actividade	
O Presidente da Câmara,	Cartão de Feirante N.º.
É obrigatória a apresentação à fiscalização, juntamente com o cartão de feirante, nos termos do Regulamento aplicável.	

VERSO